

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
  - Caso haja em sua prova itens que avaliem **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
  - Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
-

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB1A1AAA

1 Além de ter incorporado, no desempenho de seus  
cargos, conceitos como os da transparência e da  
impressoalidade, décadas antes de eles serem consolidados  
4 na Constituição Federal de 1988, o renomado escritor  
Graciliano Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que  
agia com extremo zelo com os recursos públicos.

7 Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo  
e ao nepotismo, mas também do que se designa, hoje, de  
foco no resultado com responsabilidade fiscal. Um exemplo  
10 disso é o fato de que, como prefeito de Palmeira dos Índios,  
município do agreste alagoano, de 1928 a 1930, ele  
construiu estradas gastando menos da metade do que se  
13 costumava gastar por quilômetro construído pela  
administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que  
16 investia em planejamento urbano, fiscalizava obras  
pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar  
desastres naturais, como enchentes.

Internet: <[www.agendaa.com.br](http://www.agendaa.com.br)> (com adaptações).

---

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto  
CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho “Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo” (l. 7 e 8) poderia ser assim reescrito: Isso não se trata somente do combate do escritor contrário ao patrimonialismo e ao nepotismo.
-

- 2 Depreende-se do texto que Graciliano Ramos, além de literato, foi um administrador público cujo estilo de trabalho pode ser atualmente considerado modelo em gestão pública.
- 3 O texto trata da biografia de Graciliano Ramos e informa os motivos que o levaram a abandonar o ofício de escritor para se dedicar à política.
- 4 A locução “Além de” (ℓ.1) estabelece uma relação de adição no período em que ocorre.
- 5 O referente da forma pronominal “eles” (ℓ.3) é o termo “cargos” (ℓ.2).

---

No que se refere aos aspectos linguísticos e aos mecanismos de construção da argumentação do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

- 6 O elemento “ele” (ℓ.11) refere-se a “prefeito” (ℓ.10).
  - 7 A oração introduzida pela expressão “mas também” (ℓ.8) introduz uma ideia que complementa e reforça a ideia contida na oração imediatamente anterior a ela.
  - 8 Infere-se que na oração introduzida por “mas também” (ℓ.8) está elíptico o verbo **tratar-se**.
  - 9 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o trecho “se designa” (ℓ.8) fosse alterado para **vem designar**.
  - 10 O elemento “disso” (ℓ.10) retoma “foco no resultado com responsabilidade fiscal” (ℓ.9).
-

## Texto CB1A2AAA

1 No direito brasileiro convencional, a relação entre a  
espécie humana e as demais espécies animais limita-se à  
tutela dos animais pelo poder público em função da sua  
4 utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio  
ambiente equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros  
inovadores defendem a existência de um direito animal, ou  
7 seja, de direitos garantidos aos animais não humanos como  
sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que protege  
10 os animais, independentemente de sua origem ou  
classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida  
baseia-se em um argumento puramente utilitarista: os  
13 animais são protegidos com a finalidade de garantir um  
hábitat saudável às atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no  
16 direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são  
estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito  
romano, como simples coisas semoventes, como se  
19 desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego.  
Em jurisprudência majoritária, são apenas objetos que  
possuem a capacidade de se mover e que podem  
22 proporcionar lucros aos seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. **Ética  
e dignidade animal**. Internet:  
<[www.publicadireito.com.br](http://www.publicadireito.com.br)> (com adaptações).

---

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA,  
julgue os itens seguintes.

11 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do  
texto, o trecho “são protegidos” (l. 13) poderia ser substituído  
por **protegem-se**.

---

- 
- 12 A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o vocábulo “inovadores” (ℓ.6) fosse isolado por vírgulas.
- 13 A oração “que protege os animais” (ℓ. 9 e 10) delimita o sentido do termo “norma” (ℓ.9).
- 14 O emprego do sinal indicativo de crase em “à tutela dos animais” (ℓ. 2 e 3) é facultativo.
- 15 Caso fosse inserida vírgula após “poder público” (ℓ.3), a correção gramatical do texto seria mantida.
- 

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens a seguir.

- 16 A inserção de uma vírgula imediatamente após “objetos” (ℓ.20) manteria a correção gramatical e o sentido original do período.
- 17 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a conjunção “Porém” (ℓ.11) fosse substituída por **Mas**.
- 18 No segundo parágrafo, o trecho que se segue aos dois-pontos descreve aquilo em que consiste o “argumento puramente utilitarista” (ℓ.12).
- 19 A oração “Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal” (ℓ. 15 e 16) introduz no período uma ideia de concessão, razão por que poderia ser corretamente introduzida por **Embora**, feito o devido ajuste na inicial maiúscula da palavra “Desprovidos”.
- 20 Caso os termos “coisas semoventes” (ℓ.18) e “objetos que possuem a capacidade de se mover” (ℓ. 20 e 21) fossem intercambiados, a correção e o sentido do texto seriam mantidos.
-

Considerando o Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 21** No Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, compete aos gestores garantir que analistas e técnicos judiciários, estagiários e prestadores de serviço sigam os preceitos estabelecidos no referido Código de Conduta.
- 22 Situação hipotética:** Em 2015, Lucas, servidor público federal, foi aposentado por invalidez. Em 2016, a junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos de sua aposentadoria. **Assertiva:** Nessa situação, Lucas deverá ser reintegrado, mas, se o seu cargo anterior estiver provido, ele deverá aguardar em disponibilidade até o surgimento de nova vaga.
- 23** Embora possa autorizar consignação em folha de pagamento em favor de terceiro, servidor público federal está impedido de consignar parte de sua remuneração para amortizar despesas contraídas com o uso de cartão de crédito.
- 24 Situação hipotética:** Rafael e Caio, servidores públicos federais, respondem, cumulativamente, a processos administrativo e criminal por atos cometidos no exercício de suas funções. Na esfera criminal, Rafael foi absolvido por ter comprovado a inexistência do fato; Caio foi absolvido por ter apresentado prova de não ter sido o autor do fato. **Assertiva:** Nessa situação, Rafael e Caio não poderão ser responsabilizados administrativamente.
-

---

**25 Situação hipotética:** Em 2015, Joaquim, servidor público federal, aposentou-se voluntariamente. Em 2016, comprovou-se que Joaquim, em 2015, ainda no exercício de suas funções, havia cometido ato de improbidade administrativa. **Assertiva:** Nessa situação, a aposentadoria de Joaquim deverá ser cassada.

---

Considerando o Regimento Interno do TRF da 1.<sup>a</sup> Região, julgue os itens a seguir.

- 26** No TRF da 1.<sup>a</sup> Região, caberá ao presidente de cada turma prestar informações em *habeas corpus* depois que o relator exaurir a sua competência jurisdicional.
- 27** Quando a seção do TRF da 1.<sup>a</sup> Região responsável por matérias penais processa e julga determinada ação, a competência para a revisão criminal de seu julgado é da Corte Especial do tribunal.
- 28** Os incidentes de resolução de demandas repetitivas propostos no TRF da 1.<sup>a</sup> Região são processados e julgados pela Corte Especial do tribunal.
- 29** Os processos que forem distribuídos às turmas ou às seções do TRF da 1.<sup>a</sup> Região poderão ser por elas remetidos à Corte Especial quando for conveniente o seu pronunciamento para prevenir divergências entre as seções.
- 

Ainda no que diz respeito ao Regimento Interno do TRF da 1.<sup>a</sup> Região, julgue os itens seguintes.

- 30** Quando, em turma do tribunal, o resultado do julgamento de apelação não for unânime, deverão ser convocados novos julgadores, em número suficiente para que se garanta a possibilidade de alteração do resultado da decisão devendo, nessa convocação, ser observada a ordem decrescente de antiguidade na seção.
-

- 
- 31** Nos processos de competência originária e recursal do tribunal, as custas, que incluem os preços cobrados pelo fornecimento de cópias autenticadas, serão pagas antecipadamente ou garantidas por depósito.
- 32** No tribunal, o relator de processo apreciará pedido de entidade para ingressar como *amicus curiae*; no caso de indeferimento, cabe recurso ao presidente do tribunal.
- 33** Na hipótese de, em processo no tribunal, o relator proferir decisão interlocutória sobre a qual uma das partes interponha agravo de instrumento, a sustentação oral somente será possível se a decisão versar sobre tutela provisória de urgência ou de evidência.
- 

Com relação a atos de improbidade administrativa e a dispositivo da Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens a seguir.

- 34** O servidor público que retardar ou deixar de praticar ato de ofício indevidamente responderá por improbidade administrativa apenas no caso de o ato ter sido praticado por ação ou omissão dolosa.
- 35** Nos órgãos do Poder Judiciário, pelo menos 1% dos servidores e funcionários deverão estar capacitados para uso e interpretação da língua brasileira de sinais (LIBRAS).
- 

A respeito dos direitos da pessoa portadora de deficiência, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente.

- 36** Ainda que a carta de habite-se tenha sido emitida antes de as exigências de acessibilidade constarem na legislação específica, a sua renovação dependerá de serem observadas e certificadas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
-



- 37** É dever estatal, explícito na Constituição Federal, a instituição de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental.
- 38** No caso de uma família imediata declarar não possuir condições de cuidar de uma de suas crianças por ser portadora de deficiência, as autoridades brasileiras deverão encaminhar a criança a uma família substituta na comunidade, como prevê a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da qual o Brasil é signatário.
- 39** O Ministério Público exige que os semáforos nas vias públicas sejam equipados com mecanismo que emita sinal sonoro ou outro alternativo como guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, independentemente da intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via.
- 40** Ainda que tenha como objeto instruir ação civil para a defesa de direitos difusos de pessoa portadora de deficiência, o poder público poderá se recusar a fornecer certidão requerida pelo interessado.
-

## Texto CB1A6AAA

A centralidade das relações entre a argumentação e a questão da autoridade tornou-se, nos nossos dias, ainda mais evidente, com a especialização dos saberes e com a emergência da figura dos especialistas ou peritos. A complexidade da nossa sociedade levou a que se incrementasse a especialização, e esta — por menos que gostemos disso — aumenta a nossa confiança nas figuras de autoridade. Não estamos aptos a inspecionar, por nós próprios, provas em todos os domínios da atividade humana, logo, fazemos a melhor coisa que nos é possível fazer: confiamos em especialistas devidamente credenciados.

Charles Arthur Willard. **A theory of argumentation.** Tuscaloosa, Alabama, EUA: The University of Alabama Press, 1989, p. 227 (com adaptações).

Considerando aspectos concernentes ao raciocínio analítico, julgue os itens subsequentes, relativos ao texto CB1A6AAA.

- 41 O texto centra-se na premissa de que, com a especialização dos saberes, a confiança nos especialistas tornou-se uma deficiência inevitável, que alija qualquer pensamento crítico.
  - 42 Conforme a argumentação desenvolvida no texto, peritos não mentem. Logo, se eles disserem, por exemplo, que o melhor modo de prevenir uma guerra é estar preparado para ela, as pessoas deverão tomar como verdadeira essa afirmação.
  - 43 Infere-se do texto que, não sendo o conhecimento acessível a cada ser humano nas diversas áreas de especialização, é preciso consultar os peritos nessas áreas e neles confiar.
-

## Texto CB1A6BBB

O uso de animais em pesquisas e testes científicos é submetido a comitês de ética com o intuito de evitar procedimentos que lhes causem sofrimento ou dor. Caso o Brasil abolisse a prática de testes desse tipo, a ciência brasileira se tornaria dependente da tecnologia externa. Como cientista, posso apresentar exemplos de ações que custaram a vida de animais, mas que salvaram muitas vidas humanas.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Considerando aspectos pertinentes ao raciocínio analítico, julgue os próximos itens, relativos ao texto CB1A6BBB.

**44** No trecho “posso apresentar exemplos de ações que custaram a vida de animais, mas que salvaram muitas vidas humanas” — no último período do texto —, emprega-se um argumento fundamentado em um raciocínio falacioso de indução.

**45** No início do último período do texto, o emprego do termo “cientista” faz pressupor que o autor do texto se especializou em alguma ciência natural ou se dedica a ela e que, por isso, tem autoridade para tratar do tema.

Em uma reunião de colegiado, após a aprovação de uma matéria polêmica pelo placar de 6 votos a favor e 5 contra, um dos 11 presentes fez a seguinte afirmação: “Basta um de nós mudar de ideia e a decisão será totalmente modificada.”

Considerando a situação apresentada e a proposição correspondente à afirmação feita, julgue os próximos itens.

- 46** A negação da proposição pode ser corretamente expressa por “Basta um de nós não mudar de ideia ou a decisão não será totalmente modificada”.
- 47** A proposição é equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição “Desde que um membro mude de ideia, a decisão será totalmente modificada”.
- 48** A tabela-verdade da referida proposição, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem mais de 8 linhas.
- 49** A quantidade de maneiras distintas de se formar o placar de 6 votos a favor e 5 contra, na decisão do assunto polêmico pelos presentes no referido colegiado, é inferior a 500.
- 50** Se A for o conjunto dos presentes que votaram a favor e B for o conjunto dos presentes que votaram contra, então o conjunto diferença  $A \setminus B$  terá exatamente um elemento.
-